

## FEDERALISMO FISCAL

### RECEITA MUNICIPAL: A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS DO FPM E DO SUS

*Passados mais de doze anos desde a Constituição de 1988, cresce o consenso de que a descentralização dos recursos tributários, então promovida, foi acima de tudo um movimento de municipalização da receita.*

*Desde 1988, tem crescido a participação dos Municípios na disponibilidade de recursos tributários do país. Tal resultado é explicado pelo incremento na arrecadação direta desta esfera de governo e pelo fortalecimento do sistema de transferências de impostos, principalmente, através do FPM (Fundo de Participação Municipal).*

*A partir da segunda metade da década de 90, quando o governo federal implementou uma clara política para municipalização da prestação de serviços de saúde, as Prefeituras passaram a contar com uma fonte adicional de recursos em seus orçamentos – os repasses do SUS (Sistema Único de Saúde).*

*Este Informe procura demonstrar, por meio da análise da importância do FPM e do SUS nas finanças municipais, que, embora a situação de cada Município no tocante à disponibilidade de recursos seja distinta, o processo de descentralização de receita, ainda que por caminhos diferentes foi generalizado entre as Prefeituras. As cidades menores e mais pobres tendem a extrair da arrecadação direta de impostos uma parcela menor de suas receitas tendo em vista o baixo dinamismo de suas economias, porém são mais beneficiadas pelos critérios de distribuição do FPM. Já as cidades maiores e mais desenvolvidas, além de maior potencial de geração de receita própria, podem contar com os repasses do SUS como uma fonte adicional de recursos.*

#### APRESENTAÇÃO

Este Informe está dividido em cinco partes. A primeira apresenta uma análise global da evolução da divisão federativa do bolo tributário nacional. A segunda à quarta, respectivamente, analisam a importância da receita tributária própria, do FPM e do SUS nas finanças de um conjunto de Municípios estratificados por faixas populacionais. A última parte faz algumas considerações de caráter conclusivo.

A seguir, é feito um breve comentário sobre os dados utilizados na segunda à quarta partes deste Informe.

Até 1997, os balanços contábeis de cada Prefeitura eram levantados pelas divisões regionais do Ministério da Fazenda e publicados anualmente pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Desde então, a STN deixou de fazer o levantamento e informações mais atualizadas e desagregadas das finanças municipais passaram a ter que ser buscadas através de outras fontes.

O Ministério da Saúde, recentemente, criou um programa – o SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde) – com o objetivo de desenvolver um banco de dados com informações sobre receitas totais e despesas com ações e serviços de saúde das três esferas de governo.

Até o momento, foram coletadas informações municipais referentes as suas respectivas populações, receitas

tributárias e de transferências, e despesas na área de saúde. As informações são fornecidas diretamente pelos Municípios e, até o agora, existem dados relativos aos anos de 1998 e 1999.

As informações estão disponíveis no site do DATASUS (Departamento de Informática do SUS) mantido pelo Ministério da Saúde (<http://www.datasus.gov.br/>).

Para as análises realizadas na segunda à quarta parte deste Informe, utilizou-se como fonte primária o levantamento de 1999 do Ministério da Saúde quando foram pesquisados 1.404 Municípios. Optou-se por esta pesquisa, bem como pelo ano de 1999, como fonte de dados por tratar-se da informação mais atualizada, abrangente e desagregada das finanças municipais disponível até o momento.

A planilha eletrônica, discriminando os dados e cálculos para cada um dos 1.404 Municípios, está disponível para download na página dos Informe-SF no site do Banco Federativo (<http://www.federativo.bndes.gov.br/>).

#### 1. DIVISÃO DO BOLO TRIBUTÁRIO

A arrecadação tributária direta ou própria municipal (não computadas as transferências constitucionais de impostos) apresentou excelente desempenho nos últimos anos. Entre 1988/2000, o volume arrecadado de impostos municipais elevou-se em cerca de R\$ 12,2

*Não reflete necessariamente as opiniões do BNDES. Informativo apenas para subsidiar análises da SF, sob a responsabilidade de José Roberto Afonso.*

*Elaborado por Erika Araujo no âmbito do Projeto BNDES/CEPAL e Paulo André de Oliveira.*

*Maiores informações e esclarecimentos, consultar o site do "Banco Federativo" na Internet (<http://federativo.bndes.gov.br>); e-mail: [sfiscal@bndes.gov.br](mailto:sfiscal@bndes.gov.br) ; ou fax: 21.533-1588.*

bilhões, um acréscimo de 196%. Seu crescimento médio anual foi duas vezes mais rápido que o dos tributos estaduais e federais (Tabela 1).

Em 2000, a receita própria municipal atingiu um dos maiores níveis históricos: cerca de 1,7% do PIB, mais de R\$ 18 bilhões anuais, montante que supera a principal transferência federal, o FPM da ordem de R\$ 13 bilhões.

Apesar do ótimo desempenho da arrecadação direta municipal, revertendo a centralização promovida pela reforma de 1965/67, os Municípios arrecadaram no último ano apenas 5,1% da receita tributária do país. Para atingir o patamar de 16,9% da receita tributária disponível global, as participações municipais na receita de impostos federais e estaduais ainda são preponderantes (Tabela 2).<sup>1</sup>

A receita disponível municipal – equivalente à arrecadação tributária direta mais as transferências constitucionais de impostos recebidas da União e dos Estados – atingiu em 2000 cerca de 5,6% do PIB. Os tributos arrecadados diretamente pelas Prefeituras (1,7% do PIB) e os repasses constitucionais (3,9% do PIB) responderam por 30,5% e 69,5% da receita disponível, respectivamente (Tabela 3).

A arrecadação de tributos municipais, a despeito do forte incremento em termos agregados, ainda é concentrada nos grandes centros e nas regiões mais desenvolvidas que reúnem as propriedades mais valorizadas e grande parte das atividades de serviços – bases de incidência dos principais tributos cobrados diretamente pelas Prefeituras.<sup>2</sup> Por esta razão, as transferências dos níveis superior de governo, em particular as do FPM, cumprem um importante papel no sentido de minimizar a enorme variância no padrão de financiamento municipal.<sup>3</sup>

Uma análise mais desagregada das Prefeituras ratifica a importância do sistema de transferências. Os dados da STN referentes ao exercício de 1997, cobrindo 5.046 Municípios, revelam que as transferências de impostos

federais e estaduais representaram mais de 50% da receita corrente em 4.876 Prefeituras (cerca de 97% das cidades consideradas). Apenas os repasses do FPM responderam por mais de 50% da receita corrente em 2.877 Prefeituras (cerca 57% do total de Municípios).<sup>4</sup>

Um acompanhamento da evolução mensal da divisão federativa da receita tributária, feito através dos *Termômetros Fiscais*, também reforça o papel das transferências no orçamento municipal.

Os *Termômetros Fiscais* são indicadores elaborados pela SF/BNDES que informam o desempenho mensal da receita tributária brasileira, bem como sua distribuição entre as três esferas de governo do país. Os resultados estão disponíveis no site do Banco Federativo (<http://federativo.bndes.gov.br>).

Os índices dos *Termômetros*, ao computarem a receita disponível municipal (nesse caso, apenas a receita de transferências),<sup>5</sup> consideram dois tipos de transferências: constitucionais e voluntárias. Quando ambos os repasses são considerados, o processo de descentralização fiscal, acompanhado de um movimento de *municipalização* da receita, torna-se ainda mais evidente (Tabela 4).

Contemplados apenas os repasses constitucionais, a participação dos Municípios na receita disponível nacional saltou de 10,5% em março de 1989 para 12,9% em março de 2001. Se, além disto, também fossem consideradas as transferências voluntárias, a participação municipal na receita disponível saltaria para 15,7% (Tabela 4).<sup>6</sup>

A STN chama de transferências voluntárias aquelas efetuadas pela União em favor das outras esferas de governo que não são determinadas pela Constituição. Apesar desta nomenclatura, tais transferências não compreendem apenas repasses decididos *ad hoc*. Desde 1996, quando passaram a adquirir grande importância, têm correspondido a repasses regulares destinados principalmente aos Municípios.

Em 2000, as transferências voluntárias totalizaram R\$ 12,9 bilhões dos quais 32% e 68% foram recebidos pelos Estados e Municípios, respectivamente. A maior parte destas transferências refere-se aos repasses do SUS, da ordem de R\$ 8,2 bilhões, dos quais 83% foram entregues aos Municípios a título de financiamento da prestação descentralizada dos serviços de saúde.

## 2. A RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA E A RECEITA DISPONÍVEL

Segundo visto, a receita tributária disponível municipal é igual à arrecadação direta mais as transferências de impostos recebidas por esta esfera de governo. Dentre estas transferências, encontram-se os repasses do FPM que serão destacados nas análises que se seguem.

<sup>1</sup> A receita tributária disponível considera os tributos arrecadados diretamente por cada esfera de governo e as transferências constitucionais de impostos. Para calcular a receita disponível, em cada nível de governo, somam-se aos recursos próprios os repasses recebidos e descontam-se os concedidos. A União efetua transferências em favor dos Estados e Municípios e nada recebe dos mesmos. Os Estados recebem repasses da União e transferem recursos aos Municípios. Os Municípios nada transferem e recebem recursos das demais esferas de governo.

<sup>2</sup> A arrecadação direta municipal provém sobretudo da cobrança de dois tributos com características eminentemente urbanas: o IPTU (imposto sobre a propriedade imobiliária urbana) e o ISS (impostos sobre a venda de serviços). Em 2000, estes tributos foram responsáveis por cerca de 73,2% de uma carga global de 1,7% do PIB (Tabela 3).

<sup>3</sup> Dentre as principais transferências recebidas pelos Municípios encontram-se o FPM (federal) e a cota-parte do ICMS (estadual). Embora os repasses do ICMS superem as transferências do FPM (ver Tabela 3), argumenta-se que o FPM é importante para minimizar as discrepâncias no padrão de financiamento municipal porque sua fórmula de distribuição privilegia parâmetros redistributivos.

<sup>4</sup> A receita corrente municipal, além da arrecadação tributária direta e das transferências constitucionais, compreende outras receitas correntes das Prefeituras.

<sup>5</sup> Os *Termômetros* contemplam cerca de 90% dos tributos nacionais e não consideram a arrecadação própria municipal.

<sup>6</sup> Os valores referem-se ao acumulado de 12 meses de abril a março de cada ano.

Quando os 1.404 Municípios da amostra utilizada neste trabalho foram estratificados por faixas populacionais, verificou-se que a receita tributária própria tendeu a representar uma parcela maior da receita disponível nas cidades mais populosas.

Em 1.132 Municípios a população foi menor que 30 mil habitantes, quase a totalidade (80,6%) da amostra. Dentre os mesmos, em cerca de 54% (608) a receita tributária própria não representou mais de 3% da receita disponível e em 36% (412) esta mesma relação situou-se entre 3 e 10% (Tabelas 5 e 5A).

Em apenas 2,6% (37) do total de Prefeituras a relação receita tributária própria/receita disponível (RT/RD) superou 30%. Dentre estes 37 Municípios, em cerca de 51% (19) a população foi maior que 100 mil habitantes e 27% (10) apresentou população entre 30 e 100 mil habitantes (Tabelas 5 e 5A).

Por exemplo, dentre as cidades onde a relação RT/RD superou 30% encontraram-se: (i) Lauro de Freitas (BA), Teresópolis (RJ) e Bragança Paulista (SP); (ii) Niterói (RJ), Santos (SP), Londrina (PR), Aracaju (SE), Osasco (SP), São José do Rio Preto (SP), Campo Grande (MS), Vitória (ES), Joinville (SC), Santa Maria (RS) e Sorocaba (SP); e (iii) Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Salvador (BA), Porto Alegre (RS), e Recife (PE). Em cada um dos grupos, a população ficou próxima de 100 mil habitantes, situou-se entre 300 e 700 mil e superou 1 milhão de habitantes, respectivamente.

A receita tributária própria teve um poder explicativo maior na receita disponível dos Municípios mais populosos porque, dentre outros fatores, nestas cidades, como será visto adiante, o FPM tem pouca importância.

### 3. A IMPORTÂNCIA RELATIVA DO FPM

Na distribuição do FPM, os Municípios são classificados em duas categorias: capitais estaduais e Municípios do interior. Do valor total do FPM, 10% são destinados às capitais; 86,4% aos demais Municípios; e 3,6% aos Municípios do interior com mais 156.216 habitantes.<sup>7</sup>

O FPM interior (os 86,4% do total) é distribuído entre os Estados conforme índices definidos em lei. Uma vez definida esta parcela, em cada Estado, a cota de FPM recebida por um dado Município é calculada com base em coeficientes de participação definidos segundo critérios populacionais. É estabelecido um coeficiente mínimo de 0,6 para todos os Municípios com menos de 10.188 habitantes. Para as cidades cuja população situa-se entre 10.188 e 156.216 habitantes, são definidas 16 faixas populacionais e um respectivo coeficiente individual. Para todos os Municípios do interior com mais de 156.216 habitantes foi determinado o coeficiente 4,0.

Os coeficientes aumentam à medida que cresce a faixa populacional, porém, em uma proporção menor. Assim,

<sup>7</sup> Isto é, 90% do FPM são destinados aos Municípios do interior. Deste montante, 86,4% são distribuídos entre todas as cidades que não sejam capitais. Os 3,6% restantes são, portanto, recursos destinados adicionalmente aos Municípios do interior cuja população supera 156.216 habitantes.

embora Municípios mais populosos recebam uma cota individual de FPM superior às cidades de menor população, em termos per capita, são menos beneficiados. Isto é verdade tanto para as cidades que pertencem a uma mesma faixa populacional quanto para aquelas situadas em faixas distintas. Conforme aponta o exemplo numérico abaixo, qualquer Município com menos 10 mil habitantes receberia o mesmo valor absoluto de FPM (R\$ 5.184 mil), mas o de 5 mil habitantes receberia bem mais em proporção a sua população (R\$ 1.037) do que o de 10 mil habitantes (R\$ 518). Já o maior Município do exemplo, com 150 mil habitantes, receberia menos em termos per capita (R\$ 219) do que todos os outros.<sup>8</sup>

Exemplo numérico: cálculo da cota individual de FPM interior

	Formulas	Parametros	FPM - R\$	
FPM Brasil	A		10.000.000.000	
FPM Municípios Interior	$B = 86,4\% \cdot A$		8.640.000.000	
FPM Estado	$C = B \cdot x\%$	$x\% = 2\%$	172.800.000	
Cota Municipal Média	$D = C / y$	$y = 20$	8.640.000	
Cota Individual	$E = D \cdot z$	População	R\$	R\$ per capita
Município 1	$z = 0,6$	5 mil hab. 10 mil hab.	5.184.000	1.037 518
Município 2	$z = 1,4$	30 mil hab.	12.096.000	403
Município 3	$z = 3,0$	100 mil hab.	25.920.000	259
Município 4	$z = 3,8$	150 mil hab.	32.832.000	219

$x\%$  = coeficiente de participação do Estado no FPM Municípios Interior.

$y$  = somatório dos coeficientes individuais dos Municípios.

$z$  = coeficiente individual do Município.

Ou seja, os critérios de repartição do FPM beneficiam as cidades menos populosas porque permitem que as mesmas se apropriem de uma parcela maior de recursos em proporção aos seus habitantes do que os Municípios de maior porte.

O fato das regras de distribuição do FPM favorecerem as cidades de menor porte faz com que os recursos disponíveis destas Prefeituras também sejam maiores em termos per capita quando comparados com os dos Municípios mais populosos.

Por esta razão, quando os 1.404 Municípios da amostra utilizada neste trabalho foram divididos por classes de população, verificou-se que, regra geral, quanto menor foi o número de habitantes do Município maior foi a receita tributária disponível per capita decorrente de uma também elevada relação FPM/população.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> A cota de FPM recebida por cada Município do interior é obtida da seguinte forma: de acordo com índices definidos em lei, calcula-se a parcela do FPM interior que cabe a cada estado; divide-se esta parcela pelo somatório dos coeficientes de participação dos Municípios do estado; e multiplica-se este valor pelo coeficiente do Município em questão. Para maiores detalhes acerca dos índices estaduais, coeficientes municipais, bem como outros parâmetros de distribuição do FPM, ver Cartilha do FPE e FPM no site da STN (<http://www.stn.fazenda.gov.br/nova/diretorio/biblioteca%20virtual/cartilha%20fpe%20e%20fpm/Default.htm>).

<sup>9</sup> Nas cidades muito pequenas elevadas receitas disponíveis per capita não podem ser explicadas por uma também elevada arrecadação direta e participação no ICMS, pois, em geral, a relevância dos dois fatores é diretamente proporcional ao

Por exemplo, dentre as 24 cidades de menor porte do total de Municípios considerados, onde a população não chegou a 2 mil habitantes, praticamente todas (cerca de 92%) ocuparam as primeiras posições quando os Municípios foram ordenados pela receita disponível per capita e pelo FPM per capita. Borá (SP), Riacho de Santo Antônio (PB) e Pracinha (SP) – os três Municípios de menor população da amostra – ocuparam, respectivamente, o 9º, 24º e 19º lugares no *ranking* de receita disponível per capita e, a 5ª, 9ª e 10ª posições no *ranking* de FPM per capita.

As observações anteriores apontam para a existência de **uma relação inversamente proporcional entre o tamanho do Município e a relevância do FPM na receita tributária disponível**.

Dos 85 Municípios cuja população superou 100 mil habitantes, em mais da metade (62,4%) o FPM representou menos de 20% da receita disponível. Neste caso, segundo visto, a arrecadação direta tem um poder explicativo maior sobre a receita disponível do que o FPM. Já entre as 665 cidades de população inferior a 10 mil habitantes, observou-se o inverso: em 199 (30%) e em 442 (66,5%) a relação FPM/RD (FPM/Receita Disponível) situou-se entre 30% e 50% e superou 50%, respectivamente (Tabelas 6 e 6A).

#### 4. A IMPORTÂNCIA RELATIVA DO SUS

Embora os repasses do SUS não sejam computados no cálculo da receita disponível, eles representam uma importante fonte adicional de recursos à disposição das Prefeituras, especialmente para aquelas menos beneficiadas pelos critérios de distribuição do FPM. Nestas Prefeituras é comum que os repasses do SUS sejam mais significativos que as transferências do FPM.

A comparação, em termos percentuais, dos repasses do SUS em relação aos do FPM recebidos por cada uma das 1.404 cidades analisadas em 1999 ratificou as considerações anteriores. Verificou-se que, regra geral, a razão SUS/FPM foi maior nos Municípios mais populosos. Ou seja, foi observada **uma relação diretamente proporcional entre a razão SUS/FPM e o tamanho da população**.

Por exemplo, dentre as Prefeituras que possuíam as 20 maiores razões SUS/FPM, encontraram-se cidades que também ocuparam lugar de destaque no *rank* populacional: São Bernardo do Campo (SP), São José dos Campos (SP), Guarulhos (SP), Porto Alegre (RS), Duque de Caxias (RJ), Sorocaba (SP), Osasco (SP), Joinville (SC), Santos (SP), Volta Redonda (RJ), Caxias do Sul (RS), Belo Horizonte (MG), e São José do Rio Preto (SP).

tamanho do Município. No caso da arrecadação direta, segundo visto, as propriedades mais valorizadas e grande parte das atividades de serviços – bases de incidência dos principais tributos cobrados diretamente pelas Prefeituras – costumam estar localizadas nos grandes centros e nas capitais estaduais. A participação municipal na cota-parte do ICMS também guarda uma relação direta com o tamanho do Município porque sua distribuição é feita em uma proporção muito aproximada dos produtos internos de cada uma das cidades.

Conforme mostram as Tabelas 7 e 7A, dentre os 85 Municípios que possuíam população superior a 100 mil habitantes, em cerca de 82,4% os repasses do SUS foram maiores que as transferências do FPM.

Dentre estas 85 cidades, encontraram-se 14 capitais estaduais que estão disponíveis na amostra,<sup>10</sup> em 13 (a única exceção é Palmas – TO) os repasses do SUS superaram os do FPM e, em algumas delas, razão SUS/FPM chegou a ser bem maior que 100%: Porto Alegre – RS (1.315%), Beb Horizonte – MG (778%), Vitória – ES (467%), Curitiba – PR (285%), São Luís – MA (217%), Salvador – BA (210%), Recife – PE (175%), Campo Grande – MS (159%), João Pessoa – PB (150%), Maceió – AL (144%), Cuiabá – MT (142%), Aracaju – SE (116%) e Porto Velho – RO (104%).

Uma relação oposta foi observada nos pequenos Municípios. Por exemplo, em 617 cidades o SUS representou menos da metade do FPM, dentre estas, 588 (95%) possuíam população inferior a 30 mil habitantes (Tabelas 7 e 7A).

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo uma das medidas do grau de descentralização fiscal de um país federativo a participação dos governos subnacionais nos recursos tributários públicos, conclui-se, por meio dos indicadores anteriores, que o processo de descentralização fiscal no Brasil encontra-se em estágio avançado e que os Municípios foram e são os principais beneficiados por este processo.

Se, por um lado, o potencial de geração de receita própria concentra-se nos grandes centros e nas regiões mais desenvolvidas, por outro lado, as transferências constitucionais, em especial as do FPM, representam uma importante fonte de financiamento para as Prefeituras de menor porte. Os repasses do SUS representam uma fonte adicional de recursos para todos os Municípios, mas são particularmente importantes nos orçamentos daquelas Prefeituras menos beneficiadas pelos critérios de repartição do FPM – as cidades mais populosas e as capitais estaduais.

<sup>10</sup> Não estão disponíveis na pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde os dados relativos às capitais dos seguintes estados: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

# ANEXO ESTATÍSTICO

**TABELA 1: DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA POR NÍVEL DE GOVERNO: 1988/2000**

Anos	R\$ Milhões de 2000 1/			Ano-base 1988 = 100		
	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS 2/	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
1988	153.630	56.518	6.227	100	100	100
1989	162.089	67.280	6.327	106	119	102
1990	186.273	73.622	8.122	121	130	130
1991	154.844	72.520	11.758	101	128	189
1992	154.913	66.140	10.074	101	117	162
1993	168.886	60.779	8.981	110	108	144
1994	186.989	75.387	9.647	122	133	155
1995	198.741	83.501	13.404	129	148	215
1996	210.031	92.162	17.693	137	163	284
1997	221.454	93.521	18.065	144	165	290
1998	229.700	92.658	18.783	150	164	302
1999	237.479	91.588	19.023	155	162	305
2000p	243.102	97.566	18.438	158	173	296
<b>Crescimento 00/88</b>						
Em R\$ Milhões	89.472	41.049	12.211			
Em %	58,2%	72,6%	196,1%			
Média Anual	3,9%	4,7%	9,5%			

Fonte: Elaboração própria, a partir de STN, SRF, IBGE, FGV, MINIFAZ, Ministério da Previdência, CEF, ABRASF, Governos Estaduais e Balanços Municipais. Inclui todas contribuições para seguridade social.

1/ Valores deflacionados pelo IGP-DI.

2/ A partir de 1998, a arrecadação municipal foi estimada com base na receita das principais capitais estaduais e na estrutura da arrecadação de 1997.

p/ Estimativa preliminar.

**TABELA 2: EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA POR NÍVEL DE GOVERNO - 1960/2000**

	Central	Estadual	Local 1/	Total	Central	Estadual	Local 1/	Total
	Carga - % do PIB				Composição - % do Total			
<b>ARRECADAÇÃO DIRETA</b>								
1960	11,1	5,5	0,8	17,4	64,0	31,3	4,8	100,0
1980	18,5	5,4	0,7	24,6	75,1	22,0	2,9	100,0
1988	15,8	6,0	0,7	22,4	70,5	26,5	2,9	100,0
2000p	22,6	9,1	1,7	33,4	67,7	27,2	5,1	100,0
<b>RECEITA DISPONÍVEL</b>								
1960	10,4	5,9	1,1	17,4	59,4	34,0	6,6	100,0
1980	17,0	5,5	2,1	24,6	69,2	22,2	8,6	100,0
1988	14,0	6,0	2,4	22,4	62,3	26,9	10,8	100,0
2000p	19,1	8,6	5,6	33,4	57,3	25,9	16,9	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de STN, SRF, IBGE, FGV, MINIFAZ, Ministério da Previdência, CEF, ABRASF, Governos Estaduais e Balanços Municipais. Inclui todas contribuições para seguridade social.

1/ A partir de 1998, a arrecadação municipal foi estimada com base na receita das principais capitais estaduais e na estrutura da arrecadação de 1997.

p/ Estimativa preliminar

**TABELA 3: RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA E DISPONÍVEL MUNICIPAL - 2000 1/**

RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	R\$ MILHÕES	EM % DO PIB	EM % DO TOTAL
<b>PRÓPRIA / DIRETA</b>	<b>18.438</b>	<b>1,71</b>	<b>100,0</b>
ISS	6.638	0,62	36,0
IPTU	6.854	0,64	37,2
TAXAS	2.201	0,20	11,9
ITBI	1.089	0,10	5,9
Outros Tributos 2/	1.655	0,15	9,0
<b>DISPONÍVEL (A + B)</b>	<b>60.522</b>	<b>5,63</b>	<b>100,0</b>
A. PRÓPRIA	18.438	1,71	30,5
B. TRANSFERÊNCIAS	42.084	3,91	69,5
FPM (F)	12.816	1,19	21,2
ICMS (E)	17.431	1,62	28,8
FUNDEF (F + E)	7.890	0,73	13,0
Outras Federais 3/	923	0,09	1,5
Outras Estaduais 4/	3.023	0,28	5,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE, SRF, STN e Balanços Municipais.

1/ Estimativa preliminar. Inclui todas contribuições para seguridade social. Arrecadação estimada com base na receita das principais capitais estaduais e na estrutura da arrecadação de 1997.

2/ Inclui: IR Fonte, Contribuição p/ Seguridade dos Servidores, Contribuição de Melhoria.

3/ Inclui: ITR, IOF OURO e SEGURO-RECEITA ICMS.

4/ Inclui: IPVA e Fundef.

Receita Disponível Municipal = arrecadação própria/direta + transferências constitucionais

F: Federal; E: Estadual.

**TABELA 4: EVOLUÇÃO DA DIVISÃO FEDERATIVA DOS RECURSOS TRIBUTÁRIOS (1989/2001)  
TERMÔMETROS FISCAIS - SF/BNDES**

Mar/89 a Mar/01 (Acumulado 12 meses)

Ano	Carga Tributária Em % do PIB	Divisão Federativa da Receita Tributária 1/						
		Total	Disponível 2/			Disponível Ampliada 3/		
			União	Estados	Municípios	União	Estados	Municípios
Mar/89	20,9	100,0	66,8	22,7	10,5			
Mar/94	26,3	100,0	63,1	24,9	12,0			
Mar/95	31,3	100,0	62,6	25,6	11,7			
Mar/96	24,9	100,0	62,0	25,8	12,2	60,3	26,7	13,0
Mar/97	26,8	100,0	61,3	26,3	12,4	58,8	27,5	13,7
Mar/98	26,9	100,0	62,7	25,1	12,2	59,7	26,6	13,8
Mar/99	28,0	100,0	62,7	24,5	12,8	58,4	26,2	15,4
Mar/00	29,8	100,0	63,4	23,9	12,7	59,9	25,0	15,1
<b>Mar/01</b>	<b>30,2</b>	<b>100,0</b>	<b>62,3</b>	<b>24,9</b>	<b>12,9</b>	<b>58,3</b>	<b>26,1</b>	<b>15,7</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de STN, SRF, IBGE, FGV, MINIFAZ, Ministério da Previdência, CEF, ABRASF, Governos Estaduais e Balanços Municipais.

1/ Não inclui arrecadação tributária própria dos municípios. A receita própria da União e dos estados abrange 90% da carga tributária global.

2/ Receita Tributária Disponível = Arrecadação Direta +/- Transferências Constitucionais (apenas as principais transferências).

3/ Receita Tributária Disponível Ampliada = Receita Tributária Disponível +/- Transferências Voluntárias (apenas as federais).

**TABELA 5: Distribuição de municípios segundo faixas populacionais e por classes de RT/RD (Receita Tributária Própria / Receita Disponível) - 1999**

População Mil hab.	RT/RD - %					TOTAL
	0 e 3	3 e 10	10 e 30	30 e 50	> 50	
até 10	411	230	22	2		665
10 a 30	197	182	82	5	1	467
30 a 100	27	56	94	8	2	187
> 100	5	8	53	15	4	85
<b>TOTAL</b>	<b>640</b>	<b>476</b>	<b>251</b>	<b>30</b>	<b>7</b>	<b>1404</b>

**TABELA 5A:**

População Mil hab.	Em % do total de municípios por faixa populacional					TOTAL
	0 e 3	3 e 10	10 e 30	30 e 50	> 50	
até 10	61,8	34,6	3,3	0,3		100,0
10 a 30	42,2	39,0	17,6	1,1	0,2	100,0
30 a 100	14,4	29,9	50,3	4,3	1,1	100,0
> 100	5,9	9,4	62,4	17,6	4,7	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>45,6</b>	<b>33,9</b>	<b>17,9</b>	<b>2,1</b>	<b>0,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração Própria a partir do Ministério da Saúde/SIOPS.

**TABELA 6: Distribuição de municípios segundo faixas populacionais e por classes de FPM/RD (Fundo de Participação Municipal / Receita Disponível) - 1999**

População Mil hab.	FPM/RD - %					TOTAL
	0 e 20	20 e 30	30 e 50	50 e 70	70 e 100	
até 10	5	19	199	363	79	665
10 a 30	16	69	220	142	20	467
30 a 100	38	62	64	20	3	187
> 100	53	11	16	4	1	85
<b>TOTAL</b>	<b>112</b>	<b>161</b>	<b>499</b>	<b>529</b>	<b>103</b>	<b>1404</b>

**TABELA 6A:**

População Mil hab.	Em % do total de municípios por faixa populacional					TOTAL
	0 e 20	20 e 30	30 e 50	50 e 70	70 e 100	
até 10	0,8	2,9	29,9	54,6	11,9	100,0
10 a 30	3,4	14,8	47,1	30,4	4,3	100,0
30 a 100	20,3	33,2	34,2	10,7	1,6	100,0
> 100	62,4	12,9	18,8	4,7	1,2	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>8,0</b>	<b>11,5</b>	<b>35,5</b>	<b>37,7</b>	<b>7,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração Própria a partir do Ministério da Saúde/SIOPS.

**TABELA 7: Distribuição de municípios segundo faixas populacionais e por classes de SUS/FPM (Sistema Único de Saúde / Fundo de Participação Municipal) - 1999**

População Mil hab.	SUS/FPM - %				TOTAL
	0 e 30	30 e 50	50 e 100	> 100	
até 10	211	197	199	58	665
10 a 30	80	100	156	131	467
30 a 100	10	14	43	120	187
> 100	2	3	10	70	85
<b>TOTAL</b>	<b>303</b>	<b>314</b>	<b>408</b>	<b>379</b>	<b>1404</b>

**TABELA 7A:**

População Mil hab.	% de municípios por faixa populacional				TOTAL
	0 e 30	30 e 50	50 e 100	> 100	
até 10	31,7	29,6	29,9	8,7	100,0
10 a 30	17,1	21,4	33,4	28,1	100,0
30 a 100	5,3	7,5	23,0	64,2	100,0
> 100	2,4	3,5	11,8	82,4	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>21,6</b>	<b>22,4</b>	<b>29,1</b>	<b>27,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração Própria a partir do Ministério da Saúde/SIOPS.